



SIMULAPRO

— Treine. Evolua. Passe. —

SIMULADO

02



PREPARE-SE COMO QUEM
QUER FAZER PARTE.

MPES

AGENTE DE APOIO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO



QUESTÕES
NO ESTILO
DA BANCA



CONTEÚDO
ATUALIZADO



DESEMPENHO
DETALHADO



FOCO NA
SUA APROVAÇÃO



TREINE. EVOLUA. **PASSE.**



Gabarito

Q	A	B	C	D	E
01	●	○	○	○	○
02	○	○	○	○	●
03	○	●	○	○	○
04	○	○	○	●	○
05	○	○	○	●	○
06	○	●	○	○	○
07	○	○	●	○	○
08	○	●	○	○	○
09	○	○	○	●	○
10	○	●	○	○	○
11	○	○	○	●	○
12	○	○	●	○	○
13	○	●	○	○	○
14	○	●	○	○	○
15	●	○	○	○	○

Q	A	B	C	D	E
16	○	○	●	○	○
17	○	○	○	●	○
18	○	○	○	●	○
19	○	○	●	○	○
20	●	○	○	○	○
21	○	●	○	○	○
22	○	●	○	○	○
23	○	●	○	○	○
24	○	●	○	○	○
25	○	●	○	○	○
26	○	●	○	○	○
27	○	●	○	○	○
28	○	●	○	○	○
29	○	●	○	○	○
30	○	●	○	○	○

Q	A	B	C	D	E
31	○	○	●	○	○
32	○	○	●	○	○
33	○	●	○	○	○
34	○	○	○	●	○
35	○	●	○	○	○
36	○	●	○	○	○
37	○	●	○	○	○
38	○	●	○	○	○
39	○	●	○	○	○
40	○	○	●	○	○
41	○	○	●	○	○
42	○	●	○	○	○
43	○	●	○	○	○
44	○	●	○	○	○
45	○	●	○	○	○

Q	A	B	C	D	E
46	○	●	○	○	○
47	○	●	○	○	○
48	○	○	●	○	○
49	○	○	●	○	○
50	○	●	○	○	○
51	○	○	●	○	○
52	●	○	○	○	○
53	○	○	●	○	○
54	○	●	○	○	○
55	○	●	○	○	○
56	○	●	○	○	○
57	○	●	○	○	○
58	○	○	●	○	○
59	○	●	○	○	○
60	○	●	○	○	○



Comentários

Questão 1 - A

A alternativa A sintetiza o núcleo do texto interpretativo ao estilo FGV. O autor contrapõe-se à visão otimista de que mais tecnologia e facilidade no clique significam maturidade democrática, argumentando que isso gerou um efeito reverso (esvaziamento do engajamento reflexivo e saturação das ouvidorias com ruídos). As demais alternativas trazem extrapolações ou contrariam a lógica textual.

Questão 2 - E

O vocábulo 'esporádica' denota algo que ocorre de maneira isolada, ocasional ou dispersa. O próprio texto cria um contraste semântico direto ao dizer 'não deve se dar de forma esporádica... mas sim por meio de um planejamento sistêmico'. Portanto, 'sistemática' (que segue um método, regular, constante) funciona como o perfeito antônimo contextual exigido.

Questão 3 - B

'Visto que' é uma conjunção/locução subordinativa causal, equivalente exata a 'porquanto', que também introduz uma justificativa ou causa mantendo o verbo no indicativo. 'Posto que' e 'conquanto' possuem valor concessivo; 'portanto' possui valor conclusivo; e 'entretanto' possui valor adversativo.

Questão 4 - D

Para expressar uma hipótese irrealizável no passado, a correlação verbal padrão da norma culta exige o Pretérito Mais-Que-Perfeito Composto do Subjuntivo na oração subordinada condicional ('tivesse obtido' ou 'houvesse obtido') correlacionado ao Futuro do Pretérito Composto do Indicativo na oração principal ('teria fluído').

Questão 5 - D

A alternativa D está correta. Com expressões partitivas ('Grande parte de') seguidas de substantivo no plural, a concordância é facultativa, podendo ficar no singular concordando com o núcleo 'parte' ('recusou'). A traz erro de concordância com sujeito composto pós-posto passivo ('organizem' deveria ser 'organize' ou o sujeito deveria atrair o plural de forma correta, contudo o correto é pluralizar o verbo: 'organizem-se a triagem... e o inventário' - incorreto pois o sujeito composto exige plural 'organizem-se'). Na verdade, na letra A: "Espera-se que se organizem... a triagem e o inventário", o sujeito é composto, o verbo deveria ir ao plural 'organizem', mas a presença do 'se' passivador exige 'organizem-se'. Em B, 'Falta' deveria ser 'Faltam'. Em C, com 'quem' aceita-se a 3ª pessoa, mas com 'que' o verbo concorda com o antecedente ('Fui eu que apresentei'). Em E, o verbo haver no sentido de tempo decorrido é impessoal ('Havia muitos anos').

Questão 6 - B

A alternativa B preserva perfeitamente o paralelismo sintático ao utilizar a estrutura correlativa 'tanto... quanto' seguida por dois verbos no infinitivo ('regulamentar' e 'otimizar'), mantendo simetria estrutural idêntica. As demais quebram o paralelismo misturando orações com termos nominais ou desequilibrando as regências.

Questão 7 - C

1ª lacuna: O substantivo 'atendimento' exige a preposição 'a' (atendimento a alguém), que somada ao artigo plural 'as' de 'populações' resulta em 'às'. 2ª lacuna: O verbo 'obedecer' é transitivo indireto na norma culta e exige a preposição 'a', resultando em 'às diretrizes'. 3ª lacuna: Na expressão informativa de dias correlacionados 'de segunda a sexta-feira', o uso do 'de' simples indica que o 'a' é apenas preposição, impossibilitando o uso da crase.

Questão 8 - B

A questão aborda a diferença clássica que a FGV explora entre estruturas explicativas (com vírgula) e restritivas (sem vírgula). Ao retirar as vírgulas, o adjunto adnominal ou oração reduzida passa a restringir o

universo de técnicos: não seriam todos os técnicos que formalizaram a reclamação, mas exclusivamente aqueles que estavam 'cansados da instabilidade crônica'.

Questão 9 - D

O adjetivo 'aptos' exige a preposição 'a' (ou 'para'), que somada ao artigo feminino 'a' de 'execução' gera 'à'. O verbo 'aludir' é transitivo indireto e exige a preposição 'a' ('aludir a algo'), que somada ao artigo plural 'as' de 'velhas práticas' gera 'às'. Portanto, a combinação correta é 'à — às'.

Questão 10 - B

A conjunção subordinativa 'Conquanto' introduz uma oração subordinada adverbial concessiva. Ela indica uma quebra de expectativa ou obstáculo que não impede a realização do fato principal contido na oração matriz.

Questão 11 - D

Na primeira lacuna, o pronome indefinido negativo 'Ninguém' atua como palavra atrativa obrigatória, exigindo a próclise ('Ninguém nos havia...'). Na segunda lacuna, o termo anterior 'regularidade' não é fator de atração obrigatória, mas a banca avalia o uso harmônico da próclise ou mesóclise. Contudo, em se tratando do futuro do pretérito ('expediriam'), se não houvesse palavra atrativa, o padrão seria a mesóclise ('expedir-se-iam'). Mas analisando as opções e a atração de próclise em estruturas compostas ou coordenadas subordinadas (que o 'de que' introduz), a alternativa D estabiliza as duas próclises de maneira adequada ao perfil FGV.

Questão 12 - C

Na primeira ocorrência, 'bastante' modifica o adjetivo 'evidente' (intensificando-o), logo funciona como advérbio (invariável). Na segunda ocorrência, 'bastante' modifica o substantivo 'dedicação', possuindo valor de 'suficiente' (adjetivo), concordando em gênero e número com o termo modificado (admite plural: 'dedicações bastantes').

Questão 13 - B

'Machado de Assis' substituindo a obra do autor caracteriza uma metonímia clássica (autor pela obra). Atribuir a capacidade de 'testemunhar' a corredores frios (seres inanimados) configura personificação ou prosopopeia.

Questão 14 - B

O adjetivo 'isentas' concorda em gênero e número com o substantivo plural feminino 'declarações'. Na segunda lacuna, o termo 'obrigatória' concorda de forma direta com o substantivo singular feminino 'utilidade'.

Questão 15 - A

A palavra 'maledicência' é grafada com 'c' por derivar do latim *maledicentia*, mantendo a correspondência morfológica dos sufixos formadores de substantivos. A palavra 'honorabilidade' mantém o 'h' inicial por razões puramente etimológicas (proveniente de *honorabilis*), conforme preconiza o Acordo Ortográfico para a preservação da memória histórica da língua.

Questão 16 - C

Calculando o volume interno total da caixa organizadora: $V_{\text{caixa}} = 40 \times 30 \times 20 = 24.000 \text{ cm}^3$. Calculando o volume ocupado por cada maço de processo menor: $V_{\text{maço}} = 20 \times 10 \times 5 = 1.000 \text{ cm}^3$. Como as dimensões da caixa são múltiplos exatos das dimensões dos maços, o preenchimento geométrico é perfeito, sem perdas de espaço nos cantos (comprimento comporta $40/20 = 2$; largura comporta $30/10 = 3$; altura comporta $20/5 = 4$). Portanto, a quantidade máxima de maços é dada por $V_{\text{caixa}} / V_{\text{maço}} = 24.000 / 1.000 = 24$ maços (ou pelo produto das frações dimensionais: $2 \times 3 \times 4 = 24$).

Questão 17 - D

Analisando a lei de formação da sequência passo a passo: do 1º para o 2º termo: $3 \times 2 + 1 = 7$; do 2º para o 3º termo: $7 \times 2 + 2 = 16$; do 3º para o 4º termo: $16 \times 2 + 3 = 35$; do 4º para o 5º termo: $35 \times 2 + 4 = 74$. O padrão estabelece que cada termo subsequente (A_n) é obtido multiplicando o termo anterior por 2 e somando-se um

valor correspondente à ordem da transição (+1, +2, +3, +4, ...). Portanto, para encontrar o sexto termo, a operação lógica a ser realizada é: $74 * 2 + 5 = 148 + 5 = 153$.

Questão 18 - D

Seja x a largura do retângulo. O comprimento será $x + 6$. A fórmula do perímetro do retângulo é dada por $P = 2 * (\text{largura} + \text{comprimento})$. Substituindo os valores fornecidos: $64 = 2 * (x + x + 6) \rightarrow 64 = 2 * (2x + 6) \rightarrow 64 = 4x + 12 \rightarrow 4x = 52 \rightarrow x = 13$ metros. Encontrada a largura (13 metros), calculamos o comprimento: $13 + 6 = 19$ metros. A área interna do retângulo é o produto da largura pelo comprimento: $\text{Área} = 13 * 19 = 247 \text{ m}^2$.

Questão 19 - C

O total de relatórios é 120, e 10 estão sem falhas, o que significa que o universo de relatórios que possuem pelo menos uma das duas irregularidades é de $120 - 10 = 110$ documentos. Utilizando o princípio da inclusão-exclusão para dois conjuntos (Rasuras R e Orçamento O): $n(R \cup O) = n(R) + n(O) - n(R \cap O)$. Substituindo os dados numéricos conhecidos na equação: $110 = 75 + 55 - n(R \cap O) \rightarrow 110 = 130 - n(R \cap O) \rightarrow n(R \cap O) = 130 - 110 = 20$ relatórios.

Questão 20 - A

A estrutura em análise é uma condicional da forma $P \rightarrow (Q \wedge R)$, em que $P =$ 'violar o sigilo', $Q =$ 'responder a processo' e $R =$ 'ser demitido'. Uma das equivalências mais consagradas e cobradas pela FGV para a condicional é a sua contrapositiva, dada por $\sim (Q \wedge R) \rightarrow \sim P$. Aplicando as leis de De Morgan para negar o consequente composto: $\sim (Q \wedge R)$ torna-se $(\sim Q \vee \sim R)$, ou seja, 'não responder a processo OU não ser demitido'. Conectando os termos na contrapositiva, obtemos: "Se o servidor não responder a processo administrativo ou não for demitido, então ele não violou o sigilo profissional", validando a alternativa A.

Questão 21 - B

A divulgação de remunerações de servidores públicos decorre de obrigação legal de transparência (LAI e Lei de Responsabilidade Fiscal). A LGPD autoriza o tratamento e divulgação de dados sem consentimento do titular para o cumprimento dessas obrigações legais, atendendo ao princípio constitucional da publicidade (Art. 37 da CRFB).

Questão 22 - B

A Portaria nº 8565/2017 estrutura a governança corporativa no MPES, determinando diretrizes focadas no planejamento integrado, avaliação sistemática de indicadores, prestação de contas, transparência e controle de riscos estruturais.

Questão 23 - B

A Constituição do Estado do Espírito Santo de 1989 consagra as funções institucionais do Ministério Público em simetria com a Carta Magna de 1988, prevendo expressamente a sua competência para instaurar inquéritos civis e ajuizar ações civis públicas na defesa do patrimônio público, social, meio ambiente e interesses difusos.

Questão 24 - B

O Colégio de Procuradores de Justiça, conforme a LC nº 95/1997, é um órgão colegiado superior de deliberação e administração composto pela totalidade dos Procuradores de Justiça em atividade na instituição, sendo presidido pelo Procurador-Geral de Justiça.

Questão 25 - B

A Resolução CNMP nº 261/2023 impõe severas vedações éticas aos integrantes do Ministério Público (membros e servidores), proibindo a aceitação de auxílios, patrocínios ou vantagens de pessoas físicas ou jurídicas envolvidas em procedimentos ou investigações criminais ou cíveis conduzidas pelo órgão, para salvaguardar a imparcialidade e a integridade da instituição.

Questão 26 - B

Conforme estipula a Lei Orgânica do MPES (LC nº 95/1997), cabe ao Conselho Superior do Ministério Público (órgão colegiado composto por membros eleitos da instituição) julgar os processos de promoção e remoção na carreira ministerial, elaborando as listas de antiguidade e votando as indicações por merecimento.

Questão 27 - B

A Portaria PGJ nº 897/2023 consagra em ambiente interno os direitos dos titulares previstos na LGPD. O cidadão (titular dos dados) possui a prerrogativa ampla de peticionar ao órgão obtendo gratuitamente a confirmação e o acesso aos seus dados pessoais tratados, assegurando a transparência e a autodeterminação informativa.

Questão 28 - B

A Lei Estadual nº 7.233/2002 organiza as carreiras administrativas do MPES dividindo-as essencialmente em cargos de nível superior (Analistas) e cargos de nível médio/técnico, representados na estrutura funcional pelos cargos de Agente de Apoio.

Questão 29 - B

A Constituição Estadual, em harmonia com o texto constitucional federal, assegura ao Ministério Público autonomia funcional, administrativa e financeira. Essa prerrogativa permite que a instituição elabore seus planos, edite suas resoluções normativas e faça a autogestão de seus membros e serviços sem interferência dos demais Poderes.

Questão 30 - B

O Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, conforme a LC nº 95/1997, é composto pelo Procurador-Geral de Justiça (Presidente), pelo Corregedor-Geral e por Procuradores de Justiça eleitos anualmente por voto secreto e direto de todos os membros da carreira ministerial ativa.

Questão 31 - C

Conforme dispõe o Art. 11, § 1º, da Lei nº 12.527/2011 (LAI), não sendo possível conceder o acesso imediato, o órgão ou entidade recebedor do pedido deverá, em prazo não superior a 20 (vinte) dias, comunicar a data, local e modo para realizar a consulta ou indicar as razões de fato ou de direito da recusa. Esse prazo poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa.

Questão 32 - C

Embora a CF/88 vede o anonimato, a jurisprudência pacificada do STF e as regras de Ouvidoria (Lei nº 13.460/2017) apontam que denúncias anônimas não podem ser sumariamente descartadas se trouxerem elementos robustos de ilegalidade. A Administração deve realizar uma verificação preliminar da veracidade dos fatos antes de formalizar um processo punitivo.

Questão 33 - B

A produção e tramitação de documentos no SEI utilizam a assinatura eletrônica, que se divide em assinatura cadastral (mediante login com usuário e senha do servidor) ou assinatura por certificado digital (padrão ICP-Brasil), conferindo autoria, integridade e validade jurídica plena ao ato administrativo sem suporte de papel.

Questão 34 - D

De acordo com o Art. 24, § 1º, da Lei nº 12.527/2011 (LAI), os prazos máximos de classificação de informações sigilosas são: Ultra-secreto: 25 anos; Secreto: 15 anos; e Reservado: 5 anos.

Questão 35 - B

Conforme o Art. 125, § 2º, da CRFB/88, os Estados podem instituir representação de inconstitucionalidade de leis estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, sendo vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão (por exemplo, outorgar apenas ao PGJ). O PGJ é amplamente reconhecido como um dos legitimados legítimos.

Questão 36 - B

Com a minirreforma promovida pela Lei nº 14.230/2021, a responsabilidade por ato de improbidade administrativa passou a ser estritamente dolosa. O Art. 1º, § 1º, da LIA extinguiu a modalidade culposa (negligência, imperícia, imprudência) que antes existia no Art. 10 (lesão ao erário). Logo, a conduta culposa/negligente pode gerar sanção civil ou disciplinar ordinária, mas não ato de improbidade.

Questão 37 - B

Nos termos do Art. 66, § 3º, da CRFB/88, o silêncio do Chefe do Poder Executivo, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias úteis, importa em sanção tácita. Não existe a figura do 'veto tácito' no direito constitucional brasileiro.

Questão 38 - B

Bens de uso especial são aqueles destinados ao serviço ou estabelecimento da administração pública (ex: viaturas, prédios de promotorias). Para que possam ser alienados (vendidos), eles precisam passar pela desafetação, que é o ato ou fato que retira a destinação pública do bem, transformando-o em bem dominical (o qual é passível de alienação).

Questão 39 - B

O princípio da vedação ao retrocesso social (efeito cliquet) impede que o legislador desfaça, de maneira desproporcional e sem mecanismos compensatórios, os núcleos de direitos fundamentais sociais já concretizados. A alternativa D está errada porque o direito de greve do servidor depende da aplicação analógica da lei do setor privado (Lei 7.783/89) por mandado de injunção, fixada pelo STF.

Questão 40 - C

Eventos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, alheios à vontade das partes, que alteram radicalmente a equação financeira do contrato gerando onerosidade excessiva, enquadram-se na teoria da imprevisão (álea extraordinária). O Art. 124, II, 'd', da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/21) assegura o direito ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro nesses casos.

Questão 41 - C

O Art. 201 da CRFB/88 estabelece o caráter contributivo e a filiação obrigatória do Regime Geral de Previdência Social. Por outro lado, a saúde e a assistência social são de natureza não contributiva (Art. 196 e Art. 203 da CF).

Questão 42 - B

O devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa (Art. 5º, LV, CRFB/88) aplicam-se com total vigor aos processos judiciais e administrativos. O indeferimento imotivado de provas essenciais à defesa do acusado importa em cerceamento de defesa e acarreta a nulidade insanável do ato sancionatório.

Questão 43 - B

O CNJ integra o Poder Judiciário (Art. 92, I-A, da CF), exercendo controle estritamente administrativo, financeiro e disciplinar. Ele não possui função jurisdicional, ou seja, não julga lides/processos judiciais, logo não pode interferir ou alterar decisões judiciais exaradas por juízes ou tribunais.

Questão 44 - B

O STF fixou em sede de repercussão geral (Tema 532) que é constitucional a delegação do poder de polícia, incluindo a aplicação de sanções de trânsito, a entidades da Administração Indireta dotadas de personalidade de direito privado, desde que prestadoras de serviços públicos de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.

Questão 45 - B

As normas de eficácia contida estão aptas a produzir todos os seus efeitos desde a promulgação da Constituição (aplicabilidade direta e imediata), mas contêm a previsão de que uma lei posterior (ou conceitos jurídicos indeterminados) possa restringir o pleno exercício desse direito, exatamente como ocorre na restrição do exercício de profissões regulamentadas (Ex: exame da OAB, conselhos de medicina).

Questão 46 - B

O modelo burocrático weberiano introduziu a profissionalização, a meritocracia (via concurso público), a impessoalidade e a separação clara entre o patrimônio público e o privado, visando eliminar o clientelismo e o nepotismo vigentes no patrimonialismo.

Questão 47 - B

Segundo o PDRAE, as 'Atividades Exclusivas de Estado' englobam os serviços em que se exerce o poder extroverso do Estado (poder de policiar, regulamentar, fiscalizar, arrecadar tributos e fazer justiça), diferenciando-se do Núcleo Estratégico (órgãos decisórios superiores).

Questão 48 - C

O planejamento estratégico localiza-se no topo institucional (alta administração), possui foco no longo prazo, abrange a organização de forma sistêmica e macro e define os rumos institucionais básicos como a missão, visão e valores.

Questão 49 - C

A descentralização, sob o ponto de vista da teoria das organizações (função Organização), consiste na distribuição da autoridade decisória para os níveis mais baixos da hierarquia, aproximando a decisão do local da execução e aumentando a agilidade operacional.

Questão 50 - B

O princípio da eficiência (Art. 37, caput, da CF) traduz-se na busca por qualidade, presteza e rendimento funcional com a correspondente economia de dinheiro público e eliminação de desperdícios, objetivo alcançado com o uso pleno de ferramentas como o SEI. *Treine. Evolua. Passe.*

Questão 51 - C

O Art. 23 da LAI enumera taxativamente as hipóteses de classificação de sigilo, protegendo dados cuja divulgação indevida coloque em risco a segurança do Estado ou da sociedade, como aqueles que afetam planos de defesa, inteligência ou ponham em risco a vida e integridade física de pessoas.

Questão 52 - A

A autenticidade, integridade e autoria de documentos criados diretamente no SEI são garantidas pelo uso da assinatura eletrônica, que pode ocorrer por meio do login cadastral (usuário e senha) do servidor público ou pelo uso de certificado digital criptografado.

Questão 53 - C

O arquivo corrente (ou de primeira idade) é constituído por documentos em curso ou que, mesmo sem movimentação ativa, são frequentemente consultados em razão de suas finalidades administrativas imediatas e operacionais.

Questão 54 - B

A ética pública e as regras de conflito de interesses vedam que o servidor atue em processos ou atos administrativos que envolvam interesses financeiros ou patrimoniais de cônjuges ou parentes consanguíneos, impondo o dever de declaração imediata de impedimento para salvaguardar a impessoalidade e moralidade.

Questão 55 - B

O relacionamento interpessoal e o atendimento ao público no MPES devem conciliar a urbanidade (respeito e polidez) com o cumprimento rigoroso dos deveres de sigilo e confidencialidade. Informações sob sigilo de justiça não podem ser compartilhadas, e a negação deve ser explicada de forma respeitosa.

Questão 56 - B

A Ouvidoria capta as percepções, críticas e necessidades dos usuários dos serviços públicos, funcionando como um canal indispensável de feedback (retroalimentação) que subsidia a tomada de decisões da alta gestão para corrigir disfunções e otimizar a qualidade das entregas.

Questão 57 - B

A simplificação de processos foca no mapeamento de fluxos de trabalho para eliminar etapas inúteis, redundâncias, burocracias desnecessárias e excessos de formalismo, garantindo celeridade e foco na eficiência dos resultados entregues à coletividade.

Questão 58 - C

A preservação documental em suporte físico exige o controle rígido de fatores ambientais (temperatura entre 18°C e 22°C, umidade controlada, ausência de luz solar direta) e o uso de invólucros livres de acidez para impedir a proliferação de fungos, insetos e a degradação química do papel.

Questão 59 - B

O controle social pressupõe transparência pública. Sem dados abertos, atualizados e compreensíveis nos portais da transparência, o cidadão perde a capacidade técnica e instrumental de fiscalizar a aplicação dos recursos públicos e cobrar eficiência dos gestores.

Questão 60 - B

A função Direção (ou liderança) lida diretamente com os recursos humanos da organização. Envolve influenciar, orientar, comunicar, motivar e liderar as pessoas para que desempenhem suas tarefas de forma integrada alinhadas com os objetivos traçados no planejamento.

